



Manuel Vicente Faria

O animador cultural que marcou o século XX em Alfândega da Fé

Parte I

Início hoje a publicação da primeira parte (de três) do texto sobre o Dr. Manuel Vicente Faria. A última parte terá todos os textos das músicas que entretanto consegui reunir e ainda o texto completo da revista "*Ao de Leve*" e suponho que tudo isto estará editado no site durante o mês de Março.

1-A história deste trabalho

Comecei a reunir informação sobre o Dr. Manuel Vicente Faria há uns bons anos e penso que chegou a altura de dar a conhecer a primeira versão de um texto que pretendo continuar a desenvolver para o inserir no terceiro volume do trabalho “Alfândega da Fé – registos de um percurso histórico” ou, antes disso e se surgir a oportunidade, dar corpo a uma pequena publicação que, de alguma forma, contribua para construir um registo mais completo sobre esta personalidade que passou longos anos por Alfândega da Fé e aqui deixou marcas significativas nas pessoas do seu tempo.



Por outro lado, este texto é, por assim dizer, o culminar de várias iniciativas em que participei e tinham como objectivo recordar o Dr. Faria, particularmente as suas músicas, uma vez que a recuperação das danças, dos teatros, das revistas e dos cortejos é hoje uma tarefa difícil (mas não impossível) de concretizar. Os tempos mudam e com eles as pessoas, os ambientes sociais, os interesses e as motivações culturais, pelo que a mobilização para iniciativas que há umas décadas atrás constituíram praticamente a única possibilidade de envolvimento cultural para a população local é hoje uma miragem, pese embora a boa vontade, nesse sentido, de algumas daquelas pessoas que ainda têm viva na sua memória a animação sociocultural promovida pelo Dr. Faria.

Este texto vai também dedicado a essas pessoas, das quais neste momento destaco apenas uma, Avelino Jaldim, a quem devo muitas das informações sobre o que se passou nesse tempo, numa visão e interpretação genuinamente popular. O trabalho definitivo terá, naturalmente, as devidas e merecidas referências a outras pessoas sem as quais não poderia

ter chegado a muito do que se diz e afirma neste texto.

Apesar de especialmente preparado para publicação no site Resistir no Nordeste, este texto ficou, mesmo assim, bastante extenso. Por isso será publicado em partes, podendo os interessados, no final, reunir o conjunto com as fotos que o acompanham.

2-A sociedade rural Alfandeguense de meados do século XX



O concelho de Alfândega da Fé ainda hoje tem uma economia essencialmente baseada na agricultura.

É certo que nas últimas três décadas o comércio, a indústria e os serviços ganharam outra dimensão, sobretudo na sede do concelho, que sendo a única localidade que viu aumentar substancialmente a sua população, foi também a que ganhou alguma urbanidade, perdendo praticamente as características rurais que lhe deram o cunho até à década de 70.

Por outro lado, a própria agricultura sofreu, entretanto, alterações significativas, no tipo de culturas, que hoje se centram fundamentalmente no olival, na fruticultura, na vinha, na castanha e no que sobreviveu do extenso amendoal tradicional que existia. Desapareceram praticamente os cereais e o amendoal, mas em contrapartida aumentou significativamente a área florestal, sobretudo a do sobreiro.

Naturalmente que a componente humana se alterou igualmente. A população que hoje se dedica a tempo inteiro à agricultura é muito menor e mais envelhecida, uma boa parte constituída por aqueles que eram jovens nas décadas a que se reporta este registo. Hoje, a população jovem raramente escolhe a agricultura como modo de vida, prevendo-se que nas próximas duas décadas o sistema económico se altere radicalmente, passando o concelho a viver de outros sectores, como o comércio, os serviços e, eventualmente, se houver uma estratégia local e regional nesse sentido, o turismo.

Estrutura da sociedade agrícola até aos anos setenta

De forma muito sintética poderemos dizer que a estrutura da sociedade agrícola entre as décadas de 30 e 70 assentava em quatro grupos cuja composição numérica tinha uma relação directa com a posse da propriedade agrícola. Quanto maior era a propriedade detida por cada família menor era o número do respectivo grupo, ou seja, grandes proprietários, médios proprietários, pequenos proprietários e na base da pirâmide um grande grupo de criados de servir, pastores e jeireiros, que raramente tinham qualquer propriedade rústica que fosse sua.

No topo desta pirâmide social ficavam, naturalmente, os grandes proprietários que, como se costuma dizer, contavam-se pelos dedos das mãos. Estas famílias, algumas oriundas de antigos títulos nobiliárquicos, mas quase todas produto do desenvolvimento da burguesia rural surgida com a implantação do liberalismo no século XIX, no fundo dominavam toda a estrutura social e política das zonas rurais, como era o caso do concelho de Alfândega da Fé, onde o comércio local era incipiente e a indústria praticamente inexistente.

Estas grandes casas agrícolas eram compostas por várias propriedades, numa ou em várias freguesias do concelho e por vezes até em concelhos vizinhos, pelo que a deslocação sazonal de pessoas era muito frequente. Algumas destas propriedades eram designadas “Quintas” e tinham também uma área de habitação para os proprietários e anexos para actividades agrícolas. No concelho de Alfândega da Fé existiram cerca de meia centena destas quintas e nelas viviam permanentemente muitas famílias que trabalhavam para estes grandes proprietários. Estão neste caso exemplos como a “*Quinta da Refunda*”, a “*Quinta Branca*” ou a “*Quinta do Galo*”

. A
“*Quinta Branca*”

, que se inseria num complexo de quintas do vale do rio Sabor, criadas sobretudo durante o século XIX, chegou mesmo a ter uma escola primária.



Foi neste tipo de ambiente social que o Dr. Manuel Vicente Faria se integrou, ao casar com Maria Leopoldina Pereira, filha de um dos mais ricos proprietários da vila de Alfândega da Fé.

A casa agrícola do sogro, Júlio Manuel Pereira, tinha todas as características atrás descritas, às quais se acrescentava uma casa de habitação de enormes dimensões e com uma

arquitectura típica dos anos 10, resultado de dinheiros ganhos nas colónias. Esta casa, ainda hoje conhecida por “*Casa Grande*”, é identificada como um “*brasileirismo*” e a designação faz recordar o título de uma das obras de Gilberto Freyre (1933)

“*Casa Grande e Senzala*”

, que descreve a evolução da sociedade brasileira até ao início do século XX. Aliás, o modelo de organização social agrícola nas colónias seguiu muito de perto as características das grandes casas agrícolas do nosso país, sobretudo as das zonas do interior. No entanto, convém recordar que Júlio Manuel Pereira fez fortuna em Angola e não no Brasil. O terreno em que construiu aquela casa, hoje o edifício da Câmara Municipal, só deve ter sido comprado em finais de 1911, ou no ano seguinte, face ao documento que apresentamos dirigido ao Conservador do Registo Predial de Alfândega da Fé. (1)

No entanto, seguindo a tradição do próprio sogro, que sendo uma pessoa rica era, ao contrário da maioria dos outros grandes proprietários, um espírito culto e aberto às inovações (as primeiras alfaias mecânicas foram introduzidas no concelho por este proprietário, assim como o primeiro camião, que apareceu em Alfândega da Fé na altura da construção daquela casa, no início da segunda década do século passado) o Dr. Faria deu continuidade a uma forma de relacionamento com os trabalhadores e a população mais desfavorecida que não era característica da maioria dos restantes grandes proprietários.

O melhor exemplo desta diferença de atitude social verifica-se no acesso que outras crianças tinham a esta casa e na aceitação do convívio com o seu filho.

Naturalmente que a esta condição de genro de um importante proprietário do concelho se juntava o facto de ele próprio, Dr. Faria, ser uma pessoa culta, conhecedora de outras realidades sociais mais urbanas e, portanto, menos conservadoras, para além de ser um homem de Leis, desempenhando o cargo de Notário e ainda o de Delegado do Procurador da República.

A seguir a este pequeno grupo de grandes proprietários vinham os médios proprietários que se distinguiam dos anteriores pela posse mais reduzida da terra, pela inexistência de uma casa agrícola com várias valências, de criados e criadas e até de feitor, de pessoal jeireiro a tempo inteiro e da propriedade de equipamentos como lagares de azeite e moinhos de cereal.

Estas famílias, embora vivendo também com abundância e possuindo poder económico para terem algum peso social e político, foram aquelas que mais se preocuparam em dar instrução aos filhos, que por sua vez contribuiriam para o desenvolvimento de outras actividades económicas e sociais. Mais do que das grandes famílias agrícolas, cujos membros viviam como que *“acima de tudo e de todos”*, foi destas famílias de médios proprietários agrícolas, que a esta actividade juntavam muitas vezes o pequeno comércio local (por vezes foi este comércio que possibilitou a aquisição das propriedades agrícolas) que saíram muitos dos políticos locais, se desenvolveram profissões liberais e alguns serviços públicos.

Os pequenos proprietários, também designados lavradores, possuíam terra sua, de menores dimensões, mas quase sempre suficiente para viverem sem ter de recorrer a jeiras para os restantes proprietários. Definindo-se esta divisão social através da dimensão da propriedade rústica e consequentemente de tudo quanto lhe estava associada, a característica que mais distinguia este grupo dos anteriores era o facto de cada família trabalhar directamente a terra que possuía e de arrendarem terras dos grupos mais abastados, para cuja exploração também necessitavam de ocupar mão-de-obra sazonal.

Foi sobretudo nestas famílias que se desenvolveu o hábito das matanças do porco, sendo os animais criados pelos próprios. A matança do porco era fundamental para garantir a alimentação da família e, em certas ocasiões, como nas *“segadas”*, os próprios jeireiros, já que

esta tarefa agrícola pressupunha quase sempre a obrigação de fornecer as refeições aos segadores. O mesmo se passava com o pão. Muitas destas casas tinham forno próprio, ou associavam-se a outras famílias para cozer o pão, quase sempre com a farinha que era produzida com os cereais cultivados pela família, mas cuja moagem era feita nos moinhos dos grandes e médios proprietários.

No fundo desta pirâmide social ficavam os jeireiros, os criados de servir e os pastores, que constituíam o grupo mais numeroso de pessoas, muito mais de metade da população das localidades rurais. Embora com algumas diferenças entre si, os membros deste grupo possuíam características comuns: não eram donos de terras e, conseqüentemente, de nenhum dos bens que a ela estão ligados. De seu tinham apenas a sua força de trabalho e viviam sobretudo na dependência dos dois primeiros grupos referidos.

Já agora, convém não esquecer que nesta sociedade marcadamente agrícola existiam também algumas profissões “*independentes*”, mas muito relacionadas com a vivência económica dominante que davam sustento a muitas famílias, como os ferreiros, os latoeiros, os cesteiros, os sapateiros e os alfaiates.

Um concelho abandonado e sem dinâmicas económicas



Ao quadro sócio económico atrás referido devem ainda juntar-se outras dificuldades de desenvolvimento económico que o concelho registou durante quase todo o século XX.

A Câmara Municipal não dispunha de recursos próprios para os investimentos necessários à construção das infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento económico do concelho e os investimentos do Estado foram poucos e muito espaçados no tempo, o que provocou o atraso do concelho e, em certa medida, justifica o forte surto de emigração que acabaria por se registar nas décadas de 50 a 70.

As actas da Câmara e do Conselho Municipal dão-nos alguns indicadores destas dificuldades de desenvolvimento. As obras previstas passavam de ano para ano, o que evidencia a falta de recursos para as concretizar. O abandono do interior por parte do Estado era já uma realidade com consequências visíveis: falta de trabalho, pobreza, emigração e consequentemente o despovoamento.

Recorde-se, a propósito, que a pobreza assumia tal dimensão que a Câmara Municipal pagava há muito os internamentos de doentes pobres nos hospitais do Porto, Coimbra e Lisboa. Percebe-se, por isso, que uma das preocupações do Dr. Faria tenha sido a construção do Hospital, assunto que motivou a organização de um enorme cortejo de oferendas.

Estas dificuldades de desenvolvimento económico e social não passaram despercebidas a algumas figuras locais mais informadas e esclarecidas. Delas destaca-se o Professor João Baptista Vilares, que nos anos 30 e 40 publicou vários artigos evidenciando estas

preocupações e o problema da emigração que estava a resultar de toda esta situação.

O que é surpreendente e incompreensível é que tantas décadas depois e já com trinta anos de regime democrático, alguns destes textos mantenham a sua actualidade...

“Trás-os-Montes é a filha do país, que há dezenas de anos anda a ser enganada com falsas promessas que nunca se cumprem. Em estradas comparada com outras províncias, que as tem distribuídas ao domicílio, a sua situação é irrisória; caminhos-de-ferro são o que se sabe; pontes nas suas ribeiras caudalosas não existem. (...) o transmontano emigra, vai procurar outras terras onde, embora com trabalho, tenha melhor concheço, ao menos um médico à mão quando uma doença lhe bata à porta”. (Jornal Trás-os-Montes, 16-3-1930).

Num outro artigo, publicado em Março de 1946, identifica claramente as causas da emigração ao afirmar:

“Sabemos que há fome sem conta em milhares de lares portugueses, especialmente em Trás-os-Montes. As aldeias andam enxameadas de pedintes; as casas dos pequenos lavradores, também em situação má, vêem-se em aflições para acudir a tantos esfomeados. Os géneros de primeira necessidade atingiram preços astronómicos, mas houvesse ele ao menos trabalho para tantos braços desocupados.

O mal é grande? Ataque-se com maior remédio. (...) Abram-se, pois, já trabalhos em todos os recantos da província, em especial na transmontana, e verão como a ideia de emigrar sofre um tremendo recuo.” (Mensageiro de Bragança, 23 de Fevereiro de 1946).

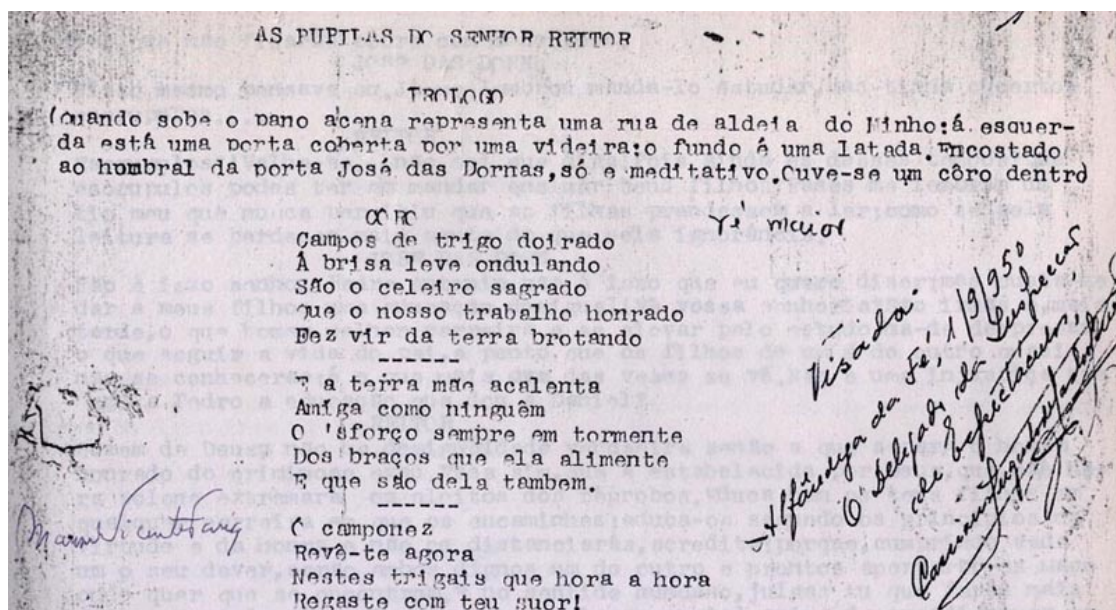


O concelho de Alfândega da Fé, pese embora o esforço de alguns políticos locais, manteve-se abandonado e sem dinâmicas económicas durante praticamente todo o tempo em que vigorou o regime do Estado Novo. A única excepção seria o Plano Alfa do Eng.^o Camilo Mendonça, mas o rasgo visionário desse Alfandeguense veio tarde e, ao fim e ao cabo, a visão de desenvolvimento gerada após o regresso à democracia, em 74, não acrescentou muito mais, se considerarmos que ainda hoje somos um país dependente de políticas centralistas, encapuçadas por um duvidoso excesso de municipalização que, à semelhança do que aconteceu na 1^a República, serve cada vez mais para desresponsabilizar os governos e o próprio Estado no que respeita a por fim às assimetrias de desenvolvimento.

Na sede do concelho, os sinais de desenvolvimento mais representativos foram o abastecimento público de água, nos anos 30 (criação de fontanários de que existe ainda um exemplar na actual Praça do Município e da estação elevatória do Prado) e a iluminação pública.

Uma visão sobre o ambiente cultural da época

Estas breves notas sobre o desenvolvimento económico do concelho deixam antever o que seria a vida cultural de Alfândega da Fé entre as décadas de 30 e 70.



Sentiam-se ainda os efeitos da Guerra Civil de Espanha e da II Guerra Mundial, para além das características do próprio Salazarismo, um regime de tipo fascista, pouco aberto às questões culturais e muito menos para as massas populares. Basta recordar para que se destinava o Secretariado da Propaganda Nacional da governação salazarista, liderado por António Ferro, para perceber até que ponto se exercia o controlo das actividades culturais, a partir de uma “*política do espírito*”

. A foto que se apresenta, de resto, mostra bem como os textos das peças de teatro tinham de passar pelo crivo de censura, mesmo aqui em Alfândega da Fé.

O trabalho não abundava, muita gente começava a procurar outros destinos, primeiro para as colónias e depois, a partir de finais da década de sessenta, para a Europa. A própria agricultura, assente fundamentalmente no trabalho braçal, não deixava muito espaço para divertimentos.

No concelho de Alfândega da Fé não existia um único espaço cultural. Não havia sequer escolas para todos os jovens que a quisessem frequentar. A única excepção a este panorama foi, talvez, a acção do professor primário João Baptista Vilarés, em Sambade, sobretudo com as iniciativas realizadas em torno da Casa do Povo, muito célebres na década de 40. Mas até estas actividades acabavam por ser “*absorvidas*” pelo regime. Afinal, não foi esse mesmo regime que “*inventou*” as Casas do Povo com objectivos político-ideológicos bem definidos?!

Em finais do século XIX, princípios do século XX (não conheço actualmente documentação que possa precisar esta cronologia) supõe-se que existisse na Vila (ou no concelho) duas bandas filarmónicas, a *Ratambona* e a *Progressista* e outra em Sambade, criada na década de 80 do século XIX, constituindo estas bandas a única actividade cultural mais ou menos permanente que se conhece. Sabe-se que aquelas duas bandas desapareceram a partir de um episódio caricato, fruto da rivalidade, com algum fundamento político de permeio, ou seja, de uma luta campal entre os seus membros, numa ocasião em que se cruzaram na mesma rua da Vila... ao que se conta porque os elementos de uma (*Ratambona*) eram monárquicos e os de outra (*Progressista*) eram republicanos. Mas para as décadas de 30 e 40 não existem registos de actividade das bandas. Apenas da de Sambade. Mais tarde, já na década seguinte, a Vila teve a banda da Legião, outro exemplo de que até neste campo o regime estava atento.



Desta forma, os únicos momentos de lazer e de festa andavam associados ao calendário religioso (as cascatas dos santos populares e as festas de Verão, por exemplo) sendo a excepção pagã o Entrudo.

Foi neste ambiente pobre, muitas vezes de fome, de analfabetismo e de rígidas regras de dependência social, que o Dr. Faria desenvolveu a sua actividade cultural.

Não admirará, por isso, que nem toda a gente o tenha compreendido e sobretudo que muitos “*senhores*” da terra nunca tenham visto com bons olhos a sua actividade, considerada demasiado liberal para os conceitos do regime.



Valeram-lhe o apoio popular, mas sobretudo a sua condição de pessoa rica, culta e a desempenhar cargos importantes. Para o regime central certamente que a acção do Dr. Faria não agradava, mas era um facto isolado numa mais isolada e desconhecida vilória do nordeste transmontano. Por estas razões nunca houve intervenção do poder político, mesmo do local, pelo menos de forma explícita. Mas em surdina, as críticas existiram e todas as pessoas que colaboraram nesta recolha de memórias referem esse facto, como veremos adiante.

3-A acção cultural do Dr. Faria e a difícil convivência com o regime

Quem foi o “Barão da Torre Zincada”?



Chamava-se Manuel Vicente Faria, nasceu no Montijo e faleceu em 1993. Segundo indica numa carta sua, datada de 1990, começou a exercer funções de Notário em Alfândega da Fé em 17 de Junho de 1939. Formado em direito pela Universidade de Coimbra, em 1934, era um homem de cultura. Mais do que isso, foi uma pessoa capaz de perceber as raízes da cultura popular e de não se afastar daqueles que lhe podiam ensinar. Com um lugar público de destaque, um casamento feito no seio de uma das famílias mais abastadas do concelho e não sendo natural destas terras, manifestou a sua sensibilidade e crítica social através da música, das danças, do teatro e da revista; abraçou como ninguém causas públicas de interesse relevante para o concelho, como as construções do Hospital e do Quartel dos Bombeiros

Voluntários.

Crítico da sociedade do seu tempo e dos métodos utilizados pelas oligarquias familiares que detinham o poder (à sombra de um regime para o qual, em terras de isolamento e lonjura o que importava era que fosse mantido, não importava como) os cargos públicos que exerceu, Notário e Delegado do Procurador da República, e a relação pelo casamento com a família de Júlio Pereira, serviram-lhe de escudo para os seus projectos de dinamização cultural. Às vezes, as oligarquias também aplaudiam...mas o apontar do dedo seria a situação mais corrente.

Vivia na casa da família da mulher, a “*Casa Grande*”, tão grande que até tinha um torreão. Um edifício construído no início do século XX, estilo colonial, mais conhecido por “*brasileirismo*”

. Um grande solar burguês, que impõe claramente a força e o poder da família Pereira, mas também servia de sustentação à casa agrícola mais bem cuidada e dinâmica da época, onde nunca faltava trabalho, nem apoio para os mais pobres.



As oligarquias dominantes não tinham títulos nobiliárquicos...embora a eles sempre tivessem aspirado! Não podendo atingir directamente este homem, cuja acção cultural e proximidade com o povo os incomodava e assustava, não tendo outro meio criativo para denegrir a sua imagem, usaram um método que vem directamente da cultura popular, o hábito de alcunhar as pessoas. Mas que alcunha lhe haviam de colocar? Naturalmente uma que fosse insultuosa, ainda que com palavras que o não denotassem. E foi assim que, a pensar nos títulos que não tinham, mas gostariam de ter, na força, respeito e amizade que não conseguiram junto da população e no palacete a que aspiravam, surgiu esta alcunha: “**Barão da Torre Zincada**”!

Um dos grandes objectivos deste texto é exactamente contribuir para guardar um pouco da memória da acção cultural do Dr. Faria, uma vez que sobre o assunto não existe qualquer documentação ou trabalho escrito. Essa memória encontra-se ainda na cabeça das pessoas do seu tempo e como já lá vai meio século, o seu número é cada vez menor e as recordações cada vez mais longínquas.

O homem, o animador cultural e o político

Na época em que decorreu a acção cultural do Dr. Faria a discussão de aspectos políticos era vedada a quase toda a população e sabe-se que o regime de ditadura, para controlar a acção das populações, mesmo aquelas que não tinham qualquer fundamento político-ideológico, não tinha qualquer pejo em classificar todos quantos tivessem a veleidade de manifestar discordância de *“comunistas”*.

Em Alfândega da Fé, tal como no resto do país, também existem episódios que mostram como as autoridades locais e nacionais manipulavam os acontecimentos para os abafar. O exemplo mais sintomático, cuja descrição não cabe neste trabalho, ocorreu em 1943 e ficou conhecido por *“Revolta do pão”*.

Perante este quadro de ditadura, a animação cultural que o Dr. Faria impulsionou não deixa de ser surpreendente, pelo que seria natural tentar perceber quem era este homem, como conseguiu desenvolver aquela actividade e se tudo isto significava, ou não, uma perspectiva político-ideológica diferente da do regime vigente.

Antes de mais, importa recordar aqui que o Dr. Faria veio para Alfândega da Fé ainda solteiro e que o seu trabalho de animação cultural começou imediatamente, muito possivelmente devido

a uma circunstância casual, que foi o facto de ter ido viver para a Pensão Campos.

De facto, o dono da tal pensão, João de Campos, um comerciante local, era uma pessoa animada e amante deste tipo de iniciativas. Não só se entendeu bem com o Dr. Faria, colaborando com ele, como viria a dar continuidade à animação cultural que então se desenvolveu. Esta é seguramente outra figura da cultura local que importa estudar mais detalhadamente o que só será possível se não se deixarem perder as memórias e os documentos que ainda existam.



Por outro lado, a circunstância de se ter iniciado muito rapidamente a preparação de uma revista, “Ao de Leve”, possivelmente uma das maiores realizações do Dr. Faria, uma vez que tudo indica que o texto da revista é inteiramente da sua autoria, sugere claramente que ele tinha já alguma experiência neste tipo de actividades, certamente adquirida nos tempos de estudante universitário. De resto, em Coimbra pertencera já ao Orfeão, facto que poderá explicar a sua excelente voz e o gosto pelas actividades culturais.

No entanto, o Dr. Faria exerceu a sua actividade profissional noutras localidades (Lisboa, Chamusca, Barreiro, Torres Vedras, Cascais, Vila Franca de Xira e Oeiras) mas tudo indica que apenas em Alfândega da Fé se tenha dedicado à acção cultural continuada. Isso pode explicar-se pelo facto de aqui se ter casado e residido largos anos, mas também pela ligação que estabeleceu com as pessoas. Mas sugere igualmente que teve ajudas preciosas de outras pessoas para por de pé a representação daquela revista, nomeadamente de João de Campos,

como se referiu anteriormente.

As várias pessoas com quem falámos acerca do Dr. Faria dão conta de que ele não se terá conformado com a realidade de pobreza económica e cultural da maior parte da população da Vila de Alfândega da Fé.

Esta atitude podia ser considerada como uma manifestação de claro desacordo em relação à política vigente, mas a verdade é que o Dr. Faria não parece ter assumido nunca a condição de contestatário e, antes pelo contrário, apesar do episódio do *“Barão da Torre Zincada”*, procurou sempre envolver nos seus teatros algumas das personalidades mais relevantes da localidade.

Numa coisa toda a gente está de acordo: o Dr. Faria gostava de Alfândega da Fé e das suas gentes, não apenas as da sua condição cultural e económica, mas das gentes do povo, aqueles que sentiam de forma mais dura o regime e a miséria em que a grande maioria da população era mantida. Mas será que esta atitude resultava apenas do seu humanismo, de caridade cristã sem falsidade, ou, pelo contrário, de convicções políticas a que o meio local não estava muito habituado? Por outras palavras: apesar dos cargos públicos que desempenhava, o Dr. Faria era um homem do regime, ou um democrata?



Em Alfândega da Fé muitas são as pessoas que ainda hoje recordam algumas atitudes que este homem tinha perante a realidade económica da maior parte da população. Por exemplo, no seu tempo, antes do 25 de Abril de 1974, era sempre ele o proprietário que aumentava as jearas, naturalmente contra a vontade das outras *“casas ricas”*. Esta atitude de aumentar com

alguma regularidade o preço das jeiras não é uma questão de somenos importância. O regime salazaristas era contrário a esta política e quase impunha o congelamento dos salários. Outro aspecto que é referido por muita gente diz respeito a uma questão que evidenciava a pobreza da generalidade da população: as

“casas ricas”

não permitiam aos pobres que fossem apanhar lenha nos seus terrenos, mesmo que fossem umas giestas, ou umas estevas para acender o lume, ou cozer uma fornada de pão.

A *“Guarda”* de então (GNR) pressionada pelos senhores locais, tinha de andar atenta a estas situações e prendia regularmente as pessoas, que acabavam por ser libertadas depois de pagar uma multa e devolver a lenha ao seu proprietário. Esta situação não acontecia com o Dr. Faria que, quando situações destas aconteciam nos seus terrenos, chegava a perguntar à *“Guarda”* se lhes tinha pedido para guardar as suas propriedades!

Tudo indica que o Dr. Faria tinha uma visão político-ideológica bem diferente da do poder instituído. As opiniões das pessoas entrevistadas, não sendo iguais, permitem tirar algumas conclusões.

A primeira conclusão é a de que, se ideias políticas mais liberais, ou democráticas tinha, o Dr. Faria não as misturava com as iniciativas culturais. Mas isso não excluía a sua participação em círculos mais restritos onde os assuntos políticos eram tratados de forma directa. Esta realidade não é uma suposição, mas uma afirmação, confirmada por uma das pessoas entrevistadas e que identificou o tal grupo restrito de forma clara.

Aliás, o que poderá explicar melhor a animosidade que foi crescendo em torno do Dr. Faria, por parte de alguns dos *“senhores da terra”* (recordemos novamente o episódio do Barão da Torre Zincada...) encontramos-lo em afirmações de gente que o conheceu bem e que o referem como

“um defensor da democracia”

, e

“um republicano e democrata”

.

Republicano e democrata. Exactamente o oposto do regime! Não admira, pois, a dificuldade de relacionamento com este.

Recordo que as conversas com pessoas que conheceram e conviveram com o Dr. Faria foram efectuadas recentemente, correspondendo, portanto, a memórias e recordações de factos ocorridos há mais de meio século e por isso passados no crivo do tempo. Estas pessoas recordam-se do que mais os marcou no seu relacionamento, ou no que ao longo do tempo foram ouvindo acerca do Dr. Faria. Daí que afirmações tão objectivas como *“ele puxava um bocadinho para a esquerda, portanto a actividade dele era mais dos graúdos, mas para ajudar os menos desenvolvidos”*, sejam fundamentais para compreender quem foi este homem.

Como se verá noutra parte deste texto, o carácter político da acção cultural do Dr. Faria nem sequer necessita de ser confirmado através destas reflexões das pessoas que com ele conviveram. Está de forma clara no seu texto mais conhecido *“Ao de Leve”*, começando pelo próprio título e em alguns dos versos que musicou.



Quando abordámos esta questão com as pessoas que colaboraram neste trabalho, uma delas levantou uma questão curiosa, como que a reforçar esta tendência política do Dr. Faria (ainda que tal constatação possa não ter uma leitura tão simplista!): *“(...) não sei se estou a mentir, mas eu penso que nunca vi o Dr. Faria na missa. Não ia ele, mas ia a dona Mariazinha.”*

Uma coisa é certa: com objectivos políticos, ou não, as actividades culturais desenvolvidas pelo Dr. Faria aproveitavam a todos. Aos mais desfavorecidos, que assim tinham acesso a alguns eventos culturais e até aos mais favorecidos, nomeadamente aqueles que tinham condições para estudar. *“O Dr. Faria contribui até para muito boa gente que andava a estudar, que estão formados, começaram aí, em vez de andarem na vadiagem no mau caminho, iam para esses teatros, para os ensaios e aprenderam muita coisa com ele, educavam-se as pessoas sem estar a bater, era uma maneira de se distraírem e de ocupar os tempos livres. A casa da cultura que sirva novamente para isso, para incentivar as pessoas”,* referiu uma das pessoas. A Casa da Cultura aqui referida é o actual Centro Cultural Mestre José Rodrigues, cujo auditório tem o nome do Dr. Faria.

Convém referir que nesse tempo, mesmo nas famílias mais abastadas, nem todos os filhos iam estudar e quanto às raparigas isso era ainda mais raro como, de resto, se constata através da própria mulher do Dr. Faria, que sendo filha de uma das pessoas mais ricas do concelho, Júlio Pereira, nunca estudou, ao contrário dos irmãos, que tiraram cursos ou ocuparam cargos importantes.



A questão política não pode, de facto, ser ignorada quando um dia se fizer um estudo mais aprofundado da vida e obra do Dr. Faria. Na realidade, por fim parece que o poder instituído acabou por levar a melhor sobre este homem. As circunstâncias que o levaram a deixar Alfândega da Fé não estão devidamente esclarecidas, mas parece evidente que uma das razões foi o permanente *“braço de ferro”* que travou com os senhores locais. Uma saída que, inclusive, o colocou numa situação de vida em tudo diferente daquela que viveu em terras de

Alfândega, facto que possivelmente muitos Alfandeguenses desconhecem.

No entanto, o que as pessoas recordam mais do Dr. Faria é a sua actividade de dinamizador cultural, a sua capacidade para mobilizar vontades e o espírito dialogante com que encarava a vida.

Estas características de respeito, dinâmica, capacidade de diálogo e de ir ao encontro das pessoas, são ainda hoje fundamentais na acção de qualquer animador sociocultural. O Dr. Faria revelou conhecer estas características há mais de meio século e essa é também uma das razões que tornam importante conhecer a sua acção cultural.

NOTAS:

1-Júlio Manuel Pereira faleceu em 1951. Quando foi para Angola tinha já três filhos, António Manuel Pereira (que seria Juiz Desembargador da Relação do Porto e escreveu, entre outros, o livro “Como Nasceram os Distritos” – edição do autor, 1962) Horácio Manuel Pereira (que seria médico) e Maria da Conceição Pereira (que faleceu de parto, da segunda filha, também chamada Maria da Conceição). Em Luanda (Angola) chegou a sócio de uma das mais importantes firmas da cidade, “Mendes, Valladas e C^a” e daí lhe terá vindo o desafogo financeiro para construir a “Casa Grande”. Mais tarde nasceriam outros filhos: Júlio Manuel Pereira (com o mesmo nome do pai, daí a confusão de algumas pessoas, e que foi general do Exército) Maria Irene Pereira, Maria Leopoldina Pereira (com quem casaria o Dr. Faria) Manuel Pereira e Maria Cecília Pereira. À excepção de Maria Cecília Pereira, todos tiveram filhos. Existem, por isso, muitos descendentes de Júlio Manuel Pereira que poderão contribuir para o estudo desta importante família do início do século XX em Alfândega da Fé.

Estas informações, que muito agradeço, foram-me facultadas há cerca de um ano por Ana Margarida Monteiro Coelho, bisneta de Júlio Manuel Pereira e neta de António Manuel Pereira e que por essa altura publicou um livro intitulado “Vamos casar”, no qual faz referência ao seu avô. Foi também por Ana Margarida Coelho que então fiquei a saber que o filho do Dr. Faria, Luís Faria, na casa dos 60 anos, tem um filho, Nuno Tiago, na casa dos 30, de que ela própria e o marido foram padrinhos de baptismo.

F. Lopes, 28 de Fevereiro de 2010